



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

### PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 557/2018

#### VOTO DO RELATOR

##### 1. Relatório

O Projeto de Lei nº 557/2018, que “Obriga restaurantes, bares, lanchonetes, e similares a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável, reciclável e/ou reutilizável, individual e hermeticamente embalados com material semelhante, e dá outras providências”, de autoria do Vereador Jorge Santos, foi apresentado à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana para parecer em segundo turno, às fls.37.

Conforme despacho do Vereador Elvis Côrtes, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, para apresentação de parecer em segundo turno, passo a analisar as emendas apresentadas ao referido projeto epigrafado nos termos do art. 52, IV, “a” e “b”, do Regimento Interno.

##### 2. Fundamentação

Saliente-se que a análise e a consequente conclusão de parecer jurídico a ser prolatado pelo relator competente devem observar somente os aspectos inerentes à **matéria referente a meio ambiente e a direito ambiental e à política de preservação, proteção e recuperação ambiental.**

Dessa análise, conclui-se que não há impedimento para o prosseguimento do feito ao que se refere às emendas de nº 1, às fls.18, às emendas 2 e 3, às fls. 24-25. Não seguindo o mesmo entendimento ao objeto proposto pela emenda de nº 4, às fls. 26.

A emenda de nº 1, de autoria do Vereador Branco, inclui o parágrafo único do art. 1º da proposição apresentada proibindo os restaurantes, bares, lanchonetes e similares a usarem e fornecerem aos seus clientes e consumidores canudos de plástico. Já a emenda de nº 2 dispõe que será dada ampla divulgação ao conteúdo da lei aos estabelecimentos e consumidores. Por sua vez, a emenda de nº 3 amplia o período para a entrada em vigor da lei.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

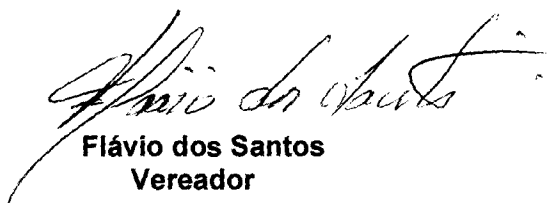
Esse conjunto de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 557/2018, especialmente as de nº 1 e 2 – possivelmente – fortalecerá a política de preservação ambiental, uma vez que proíbe o fornecimento de canudos plásticos altamente poluentes aos consumidores. Já o fato de dar conhecimento ao amplo conteúdo da lei aos consumidores e estabelecimentos ensejará o aumento da proteção e recuperação ambiental, reduzindo o impacto negativo gerado pelo elevado consumo de materiais poluentes dessa natureza.

A emenda de nº 4, de autoria do Vereador Arnaldo Godoy, tem como objeto a alteração do art. 1º da proposição suprimindo do texto a expressão “*e hermeticamente embalados com material semelhante*”. A redação originária determina obrigatoriedade de que a embalagem do canudo deve também ser de material biodegradável. Infere-se que a supressão dessa obrigatoriedade é prejudicial à política de preservação ambiental.

### 3. Conclusão

Do exposto e do ponto de vista de pertinência temática de competência desta Comissão Especializada em Meio Ambiente e Política Urbana, voto pela **aprovação** das emendas de nº 1, 2, 3 e pela **rejeição** da emenda de nº 4 do Projeto de Lei de nº 557/2018.

Belo Horizonte - MG, 4 de junho de 2019.

  
**Flávio dos Santos**  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

### PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 664/2018 VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Irlan Melo, o Projeto de Lei nº 664/2018 que “Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado Boca de Lobo Inteligente, no âmbito do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências”, é trazido ao juízo desta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

No seu exame preliminar, a Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto.

A Comissão de Saúde e Saneamento concluiu pela aprovação do Projeto.

Encaminhado anteriormente para esta Comissão, foi apresentada a proposta de diligência à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e à Sudecap, com resposta às fls. 31/41.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definida pelo artigo 52, IV “a”, “b”, e “h” do Regimento Interno, passo a fundamentar parecer e voto.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto tem por objetivo determinar ao Executivo a instalação de “boca de lobo inteligente”, que consiste na instalação de uma caixa coletora de resíduos em um nível mais baixo que o da rua, funcionando como uma peneira, permitindo a vazão de águas, retendo o material sólido, que obstrui as galerias e redes pluviais.

Com a implantação do sistema, espera-se prevenir e minimizar os transtornos provocados pelo acúmulo de águas em vias públicas, no período de chuvas intensas.

Conforme conclusão da diligência realizada, bem elucidado no parecer apresentado, já foram realizados testes com o uso de filtro em Belo Horizonte, e os resultados foram considerados bons, na retenção de resíduos sólidos, como folhas, copos, papelão, porém ineficiente em dias de grandes índices de chuvas, podendo entupir mais rapidamente com o carreamento de grande quantidade de resíduos, obstruindo os seus furos, com diâmetros menores que os da rede pluvial interna.

Considera que ainda que melhore a condição operacional dos garis, na limpeza dos resíduos sólidos retirados nas bocas de lobo, o trabalho ainda é manual com riscos quanto a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ergonomia e contato dos garis com os resíduos retirados. Entende, também, que o sistema poderá dificultar a operação de limpeza mecânica ( feita por caminhões com equipamento próprio) que depende de sua retirada para que o mangote de sucção atinja o fundo da caixa e mesmo a rede pluvial interna.

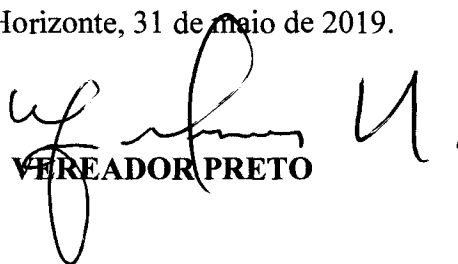
Outro empecilho apresentado, se refere à viabilidade técnica e operacional de implantação do sistema, considerando a despadronização das bocas de lobo no município, obrigando a empresa fornecedora a fabricar caixas individuais sob medida para cada boca de lobo, elevando em muito o custo.

Assim, em consonância com os esclarecimentos prestados, no que tange à análise do mérito por esta Comissão, vejo que a proposição se mostra inviável.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto-me pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei 664/2018.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

  
VEREADOR PRETO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

### PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 685/2018 VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Elvis Côrtes, o Projeto de Lei nº 685/2018 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de dispositivos luminosos de alerta de fiscalização eletrônica (DLA'A), nos locais que antecedem os locais de instalação dos equipamentos eletrônicos destinados à fiscalização das infrações de trânsito, nas vias de jurisdição municipal, e dá outras providências” é trazido ao juízo desta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

No seu exame preliminar, a Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do projeto.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário concluiu pela aprovação do Projeto.

Encaminhado anteriormente para esta Comissão, foi apresentada a proposta de diligência à BHTRANS, que se manifestou nos termos do documento de fls. 44, 44 v.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definida pelo artigo 52, IV, “h” do Regimento Interno, passo a fundamentar parecer e voto.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto tem por objetivo determinar que o Executivo instale, em todos os locais dotados de fiscalização eletrônica, um dispositivo luminoso de alerta sobre a fiscalização existente à frente.

Para cada local fiscalizado deverá ser instalado um ou mais conjuntos de placas de advertência em pórtico, sobre a via.

A BHTRANS apresentou parecer, circunstanciado, conforme documento de fls. 44/44V

Conforme bem elucidado no parecer apresentado, para cumprir as diretrizes do Projeto, a administração pública deverá “realizar estudos técnicos de viabilidade para a instalação dos DLA's em cada local dotado de equipamento de fiscalização eletrônica, elaborando os projetos tipos correspondentes; promover as readequações físicas julgadas necessárias, caso a instalação de algum

CMBH-110120-06/10017-12 DE 07-03341-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DLA sofra algum tipo de interferência que impeça a execução deste procedimento no local designado; fabricação de todos os elementos constituintes dos DLA's, bem como promover o planejamento de instalação destes equipamentos nos locais indicados; levantamento de recursos para a confecção e implantação dos DLA's, considerando os elementos descritos no Anexo IV do PL.”

O custo de cada DLA é de aproximadamente R\$7.730,83, considerando que Belo Horizonte tem 423 locais fiscalizados eletronicamente, hoje a implantação do sistema geraria aos cofres públicos um custo no valor 3,3 milhões de reais. Observando ainda, que em determinados locais deveriam ser instalados mais de uma placa.

Além destes gastos com a implantação, há que se considerar ainda os gastos com manutenções corretivas constantes, onerando ainda mais os cofres públicos.

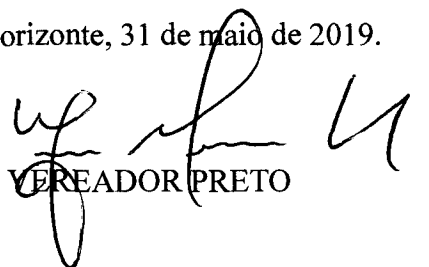
Assim, em consonância com os esclarecimentos prestados pela BHTRANS, que tange à análise do mérito por esta Comissão, vejo que a proposição se mostra inviável, uma vez que representará um custo elevadíssimo aos cofres públicos.

Outrossim, há de se observar ainda que a proposta apresenta vício de iniciativa, por adentrar matéria de competência do Executivo.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto-me pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei 685//2018.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

  
VEREADOR PRETO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

### PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 697/2019

Na qualidade de relator da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, com o objetivo de analisar o Projeto de Lei nº 697/2019, de autoria do Vereador Catatau do Povo que “Dispõe sobre o transporte de carga de sólido a granel em via aberta à circulação pública no Município de Belo Horizonte” proponho seja o Projeto baixado em diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

### FUNDAMENTAÇÃO

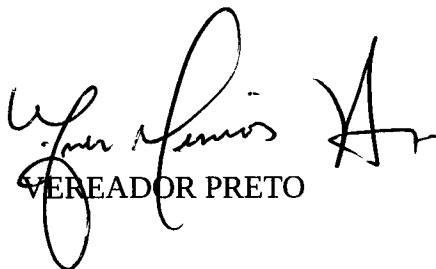
O Projeto de Lei em comento tem por objetivo determinar que os veículos de carga ao transportar areia, terra, brita, entulhos e outras cargas similares, deverão cobrir totalmente a carga transportada por lona ou dispositivo similar, evitando o derramamento de resíduo do material transportado.

Para subsidiar meu parecer, proponho baixar esta proposição em diligência à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas com o objetivo de obter um parecer sobre a viabilidade, impacto ambiental e eficiência da aplicação da proposta apresentada pelo PL 697/2019.

### CONCLUSÃO

Deste modo, proponho que seja solicitado as informações, por escrito, conforme discriminado na fundamentação.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2019

  
VEREADOR PRETO

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

### PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 717/2019 VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Henrique Braga, o Projeto de Lei nº 717/2019 que “Altera a Lei nº 9.037/05, que “Institui o plano de ação – Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM -em Belo Horizonte, e regulamenta as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo, em conformidade com as Leis nº 7.165/96 e 7.166/96”, é trazido ao juízo desta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

No seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade do projeto.

Encaminhado anteriormente para esta Comissão, foi apresentada a proposta de diligência à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, com resposta às fls. 22/23.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definida pelo artigo 52, IV, “f” do Regimento Interno, passo a fundamentar parecer e voto.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto tem por objetivo efetuar correções na redação e erros de grafia, nos Anexos da Lei 9.037/05, como também promover mudanças pontuais na possibilidade de instalação de usos não residenciais nas ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo.

Conforme esclarecido pelo parecer apresentado pela Secretaria Municipal de Política Urbana, “as alterações propostas no referido projeto de lei versam sobre assunto que compõem o Plano Diretor municipal, sendo algumas delas já incorporadas na proposta do projeto de lei do novo plano diretor – PL 1.749/2015”.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

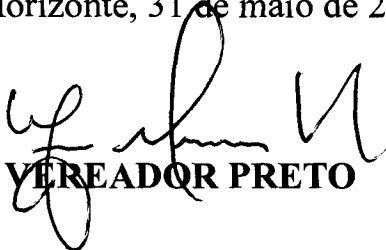
O PL 1.749/2015 esta sendo apreciado na Casa através da subemenda 154/2019, apresentado à emenda substitutiva nº 146, contempla as questões aqui pretendidas e que foram discutidas com a sociedade civil na IV Conferencia Municipal de Política Urbana-CMPU.

Assim, em consonância com os esclarecimentos prestados, no que tange à análise do mérito por esta Comissão, vejo que a proposição se mostra desnecessária.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto-me pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei 717/2019.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

  
VEREADOR PRETO

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte, 3 de junho de 2019.

Senhor Diretor,

Encaminho para conhecimento de V. Sa. a Comunicação de Comparecimento a Consulta/Exame Eletivo concedido ao Vereador abaixo, a partir de documento recebido pela Seção Médica em 03/06 /2019.

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10052	WAGNER MESSIAS SILVA	GV PRETO	03/06/2019 DE 11:05 ÀS 13:00

Atenciosamente,

**Leandro Otávio de Souza**  
Chefe da Seção Médica

*J. Duarte*  
*Frederico*  
*Arrieiro*  
**Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro**  
Diretor do Departamento Legislativo

CMH DIRLEG-03/jun/19-17:39:40-002428-1

Ilmo. Senhor  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretoria do Legislativo

**COMPARECIMENTO A CONSULTA/EXAME ELETIVO**

Art. 1º Portaria 11.757/09

**VEREADOR**

NOME

Wagner Menezes Silva

CM

10052

**CONSULTA/EXAME**

03/06/19



MANHÃ

11:05 AS 13:00



TARDE

AS

**MÉDICO CMBH**Dr. Ricardo da Cruz Lage - CM 369  
Médico - CRM/MG Nº 34378

03/06/19

ASSINATURA/CARIMBO

PM-SRF-56

- DOCUMENTO A SER ENTREGUE PELO MÉDICO NA RECEPÇÃO DA SEÇÃO MÉDICA PARA ENCAMINHAMENTO AO SECRETÁRIO GERAL DA MESA DIRETORA E À ÁREA DE REGISTROS FUNCIONAIS.
- INSPEÇÃO REALIZADA A PARTIR DE DOCUMENTO EMITIDO PELO PROFISSIONAL DE SAÚDE.

**AVULSOS DISTRIBUIDOS**

EM 04/06/2019

1-594

Responsável pela distribuição



**Belo Horizonte, 5 de junho de 2019.**

**Senhor Diretor,**

Encaminho para conhecimento de V. Sa. a Comunicação de Licença Médica concedida ao Vereador abaixo, a partir de documento recebido pela Seção Médica em 05/06/2019.

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10134	ELVES RODRIGUES CORTES	GV ELVIS CÔRTEZ	15/05/2019 A 15/05/2019

**Atenciosamente,**

**Leandro Otávio de Souza**  
Chefe da Seção Médica

*Privato*  
*Ministro*  
Frederico Stefano de Oliveira Arriero  
Director do Conselho Legislativo

Ilmo. Senhor  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretoria do Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## COMUNICAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA

VEREADOR

NOME

Elves Rodrigues Cortes

CM

10134

LICENÇA

PERÍODO

15, 05, 19 a 15, 05, 19

DURAÇÃO

1 (DIAS)

INSPEÇÃO

05, 06, 19

AFASTAMENTO RECENTE?  
(ÚLTIMOS 60 DIAS)

☐ NÃO

☒ SIM

AFASTAMENTO DE MESMA CAUSA OU DELA DECORRENTE?

☒ NÃO

☐ SIM, NOS PERÍODOS

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MÉDICO(S)

Dr. Ricardo de Jesus Lago - CRM 303  
Médico - RANIO Nº 61878

ASSINATURA E CARIMBO

ASSINATURA E CARIMBO

LICENÇA CONCEDIDA CONFORME RESOLUÇÃO 1480/90 E PORTARIA 11824/09

DETERMINAÇÃO DO SECRETÁRIO GERAL

ASSINATURA E CARIMBO

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 06/06/19

Responsável pela distribuição

RH - SME 34B 1 VIA SECRETÁRIO GERAL 2ª VIA DIRETORIA DE RH